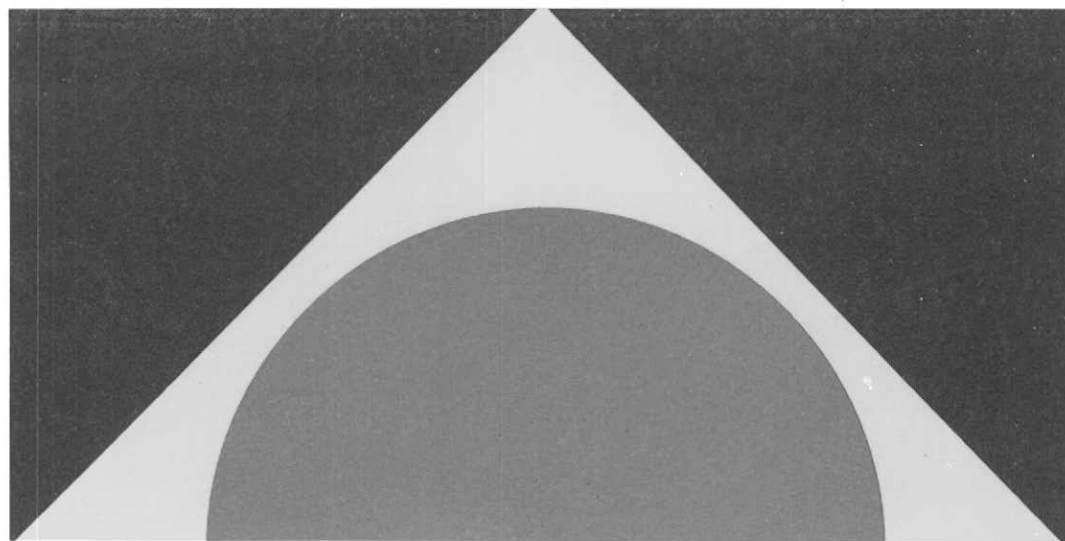




1991

PREPARAÇÃO PARA O FUTURO.

O ano de 1991 foi de muitas realizações.

Pela primeira vez a crise está sendo combatida de frente.

Tem-se afirmado que o Governo está tomando medidas certas, e os resultados não tardam a aparecer.

Em 1991, o Governo do Brasil já pôde apresentar importantes conquistas. Aqui, algumas delas.

Ação Social

Habitação Popular

De 1986 a 1989 foram construídas 277 mil casas. De 1990 para cá, o Governo do Brasil já contratou a construção de mais de 500 mil casas.

Saneamento

Mais de 600 bilhões de cruzeiros foram destinados, em 1991, para obras de saneamento e desenvolvimento urbano.

Nutrição

5 milhões e 600 mil crianças, gestantes e nutrizes pobres receberam cestas de suplementação alimentar. Cr\$ 44 bilhões foram aplicados nesse programa.

Defesa Civil

O Governo Federal investiu Cr\$ 14 bilhões em 1991 na área da prevenção de acidentes naturais, beneficiando 1.300 municípios.

Promoção Social

Nesta área, o Governo vem trabalhando para criar mecanismos de geração de renda para as camadas mais carentes da população. Em 1991,



foram aplicados Cr\$ 1 bilhão na implementação de programas voltados à criação de microunidades geradoras de renda, sendo 25 unidades de apoio à profissionalização de jovens.

Lei do Inquilinato

Proposta pelo Executivo e aprovada pelo Congresso, a nova Lei do Inquilinato já demonstra a vantagem da menor intervenção do Estado nesse mercado.

A nova lei, na medida em que possibilitou o aumento da oferta de imóveis — muitos dos quais eram mantidos antes fechados por seus proprietários —, tem estimulado a redução dos valores dos novos aluguéis.

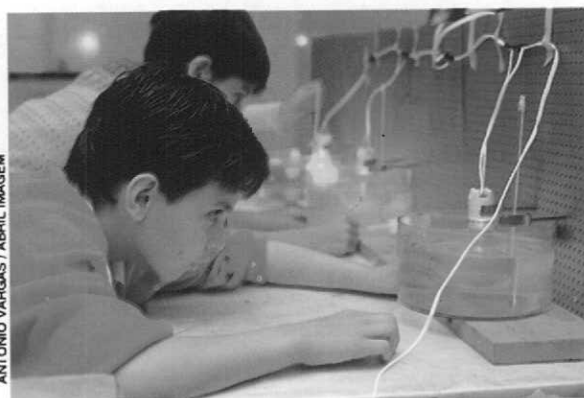
Educação

Educação, prioridade no orçamento

O orçamento federal de 1992 destinará à educação recursos da ordem de 6,5 bilhões de dólares, 19% a mais do que em 1991.

Escolas

O Ministério da Educação está elaborando programa para a recuperação da rede escolar de primeiro grau em todo o País, dotando-a de



ANTÔNIO VARGAS / ABRIL IMAGEM

equipamentos similares aos oferecidos nos CIACs. Os Estados receberam, em 1991, o equivalente a um bilhão de dólares, para construir mais de 15 mil salas de aula, reformar escolas e treinar professores.

Merenda Escolar

O Ministério da Educação garantiu merenda escolar e livros didáticos a 30 milhões de crianças do ensino público fundamental.

Ensino Técnico e Agrícola

Concluídas as obras de 84 Escolas Agrícolas de 1ª Grau e 30 Escolas Técnicas de 2ª Grau.

Criança

CIACs

Em maio de 1991, o Governo do Brasil lançou o projeto Minha Gente, que propõe a construção de milhares de Centros Integrados de Apoio à Criança - CIACs, em todo o País. Os CIACs são um novo conceito de atenção à criança. Cada CIAC abriga uma pré-escola para 200 crianças de 0 a 6 anos, uma Escola de Primeiro Grau com capacidade para atender 700 alunos. E mais um centro de puericultura, com



SÉRGIO LIMA

médico e dentista, ginásio de esportes e biblioteca, tudo à disposição de toda a comunidade. À noite, os CIACs se transformam em centros para a realização de cursos profissionalizantes para adolescentes maiores de 14 anos.

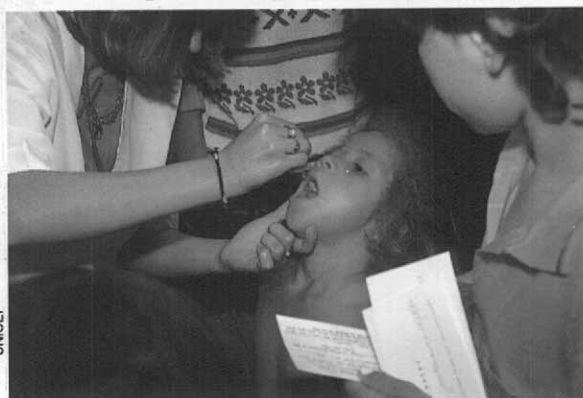
Combate à violência contra crianças

O Governo Federal, em articulação com os governadores empossados em 15 de março do ano passado, conseguiu uma redução na escalada de violência contra as crianças. Ainda se está longe de acabar com essa barbaridade, mas, só para se dar dois exemplos, em um ano, tivemos reduzido o número de crianças assassinadas em 40% no Rio e em 50% em Salvador.

Saúde

Vacinação

O Brasil foi o país que mais evoluiu em termos de vacinação em 1991. Foram vacinadas 92% de nossas crianças contra poliomielite e 80% contra difteria, coqueluche e tétano. Pela primeira vez, começamos a vacinar em massa contra doenças que simplesmente eram ignoradas: tétano neo-natal, hepatite, entre outras. Em 1991, a meningite alcançou o seu nível mais baixo dos últimos 10 anos, graças à vacinação em massa.



Parteiras

O programa de parteiras, junto com os de erradicação de sarampo e de agentes comunitários, é uma das principais ações de saúde pública do mundo. Serão contratadas, pagas, treinadas e supervisionadas seis mil parteiras. Em breve, chegaremos ao total previsto de 26 mil.

Municipalização

Até o final deste ano, pelo menos 700 municípios brasileiros estarão definitivamente integrados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os Secretários de Saúde desses municípios estarão recebendo recursos para o setor saúde diretamente do Governo Federal.

Assim, poderão proporcionar a seus habitantes o acesso fácil aos serviços de assistência médica e hospitalar e melhor qualidade no atendimento.

Combate à AIDS

Foram desenvolvidos vários programas educativos e o Ministério da Saúde distribuiu, ao longo de 1991, milhares de medicamentos para o tratamento da doença, como o Ganciclovir, a Pentamidina e, pioneiramente, o AZT. Trata-se do primeiro programa governamental em todo o mundo em que o AZT é distribuído gratuitamente aos doentes de AIDS.

Recursos para a Saúde

Em 1989, apenas 1,9% dos recursos do orçamento eram destinados à Saúde. Em 1991, essa cifra subiu para 3,5%.

Este ano, 4,2% dos recursos do orçamento federal serão destinados a esse setor.

Agentes de Saúde

O Governo deu início, em 1991, ao programa de agentes comunitários de saúde. Já estão sendo contratados, treinados e remunerados agentes de saúde em número que deverá chegar aos 100 mil. São pessoas das próprias comunidades que vão trabalhar em saúde nas regiões onde moram, pagas pelo Governo Federal, sob a supervisão dos municípios.

Previdência Social

Benefício aos aposentados

Cinco milhões e 300 mil aposentados e pensionistas, que recebiam a metade do salário mínimo no início de 1991, passaram a receber, a partir de agosto, o salário mínimo integral, além do 13º salário.

Combate às fraudes na previdência

Em 1991, foram intensificadas as ações de combate às fraudes contra a Previdência Social. Dezoito pessoas envolvidas nessas fraudes foram detidas e processos penais correm na justiça. 242 mil benefícios fraudulentos já foram cancelados.

Acesso mais fácil

Com a utilização de cartões magnéticos e das agências dos Correios, a Previdência está facilitando a vida das pessoas. Agora é mais simples fazer pagamento de benefícios, requerer aposentadoria, pagar contribuição individual ao INSS e receber benefícios.

Equilíbrio financeiro

O Governo começou a promover o equilíbrio entre receita e despesa da Previdência, fundamental ao resgate da dignidade dos aposentados.

Economia

Salário mínimo

A preocupação do Governo é garantir ao salário mínimo reajustes sustentados e reais, ou seja, acima da inflação. Assim é que o salário mínimo que passará a vigorar em janeiro será superior em mais de 30%, em termos reais, ao que vigorou em janeiro de 1991. Mas uma coisa é certa: o melhor remédio para preservar o poder aquisitivo dos salários é mesmo a queda da inflação.

Superávit

Bom exemplo no trato de suas contas: desde março de 1990, em todos os meses, sem exceção, as contas do Tesouro Nacional fecharam com superávit.

Menos déficit público

O Governo do Brasil tem travado uma verdadeira guerra contra o maior culpado pela inflação: o déficit público. Este déficit — que inclui a Previdência, as estatais, os Estados e os Municípios — já foi reduzido a um terço do que era há dois anos atrás.

Queda da inflação

Em 1989, a inflação alcançou os 1782%. Em 1990, beirou os 1500%. Em 1991 a inflação, medida pelo IGP, situou-se em 480,04%. Não é para comemorar, mas a queda de mil por cento em um ano indica que se está no caminho certo.

Renegociação da dívida externa

O objetivo final é restabelecer o fluxo de entrada dos capitais estrangeiros no Brasil, para ajudar a retomada do crescimento. Em 1991 já chegamos a um acordo quanto aos juros atrasados; agora, estamos na fase final de entendimento com o FMI, os bancos privados e o Clube de Paris.

Ajuste fiscal

Com as medidas tributárias aprovadas em 1991, o Brasil deu um passo importante para a estabilização de sua economia. Prepara-se o terreno para uma nova fase de crescimento.

Combate à corrupção

O Governo do Brasil reafirma o seu compromisso rigoroso com a transparência e a probidade administrativa.

As denúncias têm sido apuradas com rigor e, uma vez comprovadas, resultam na punição dos responsáveis. Nesse sentido, três projetos de lei foram encaminhados ao Congresso Nacional: o primeiro prevê punições para os casos de enriquecimento ilícito de ocupantes de funções públicas, o segundo trata das fraudes cometidas em licitações e contratações do setor público, e o terceiro estabelece novas normas gerais para essas licitações e contratações.

Isenção do imposto de renda

Com a reforma tributária sancionada no final de 1991, isentou-se da contribuição do Imposto de Renda um contingente adicional de 2,5 milhões de assalariados.

Máquinas e equipamentos

Por iniciativa do Governo Federal, foi aprovada no Congresso Nacional a isenção do IPI e a depreciação acelerada de máquinas e equipamentos. Trata-se de compromisso básico do Programa de Competitividade Industrial e objetiva a redução dos custos dos investimentos no País.

Grupo de investidores estrangeiros

O Ministério da Economia se reúne periodicamente com o Grupo de Investidores Estrangeiros, para fomentar, através de um trabalho de parceria, o incremento das inversões estrangeiras no Brasil. Existem em funcionamento quatro grupos de trabalho.

Investimentos diretos

Depois de muitos anos de tendência declinante, os investimentos trazidos de fora pelas empresas estrangeiras instaladas no País – os chamados investimentos diretos – alcançaram cerca de 700 milhões de dólares em 1991. Outros 760 milhões de dólares foram investidos nas bolsas brasileiras, o triplo do aplicado em 1990.

Investimento estrangeiro

As medidas tomadas pelo Governo para liberalizar a economia já começaram a produzir resultados na atração de capitais estrangeiros. Em 1991

foram contratados recursos externos da ordem de 11,6 bilhões de dólares, mais do dobro do que entrou no ano passado.

Abertura da economia

Além das mudanças na legislação brasileira já realizadas, e as que aguardam a aprovação do Congresso Nacional, o Governo Federal vem promovendo redução progressiva das alíquotas de importação, estimulando o aumento da produtividade da indústria nacional e uma maior competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo.

As alíquotas tinham um valor médio de 32,2% em 1990; caíram para 25,3% em 1991 e já estão em 21,2%.

Apoio às exportações

O Governo Federal ativou o FINAMEX, que é um programa de financiamento às exportações de máquinas e equipamentos administrado pelo BNDES, e o PROEX que, com recursos do Tesouro Nacional, promove financiamentos e equalização de taxas de juros.

Para o PROEX foram alocados recursos superiores a 1 bilhão de dólares em 1992.

Devolução dos Cruzados

Pela primeira vez na história, um governo devolveu empréstimos compulsórios. Antecipando-se em um mês ao que havia prometido, o Governo começou a liberar em agosto o dinheiro retido.

Até o final do ano passado foram liberados Cr\$ 5,2 trilhões, o que corresponde a Cr\$ 8,8 trilhões, hoje.

Agricultura

Nova Política Agrícola

Taxas de juros favoráveis — 9% ao ano para mini e pequenos agricultores e 12,5% para os médios e grandes —, crédito rural na hora certa, política de preços mínimos realista e o programa equivalência preço/produto (se o agricultor financiou dez sacas no plantio, sabe que vai pagar o valor das dez sacas quando vencer o financiamento) estão ajudando o produtor rural a preparar uma grande safra para 1992.

Programa da Terra

O Governo do Brasil fez a entrega de 93 mil títulos de propriedade. São 93 mil trabalhadores rurais transformados em proprietários rurais. O objetivo é dar-lhes acesso ao crédito agrícola e à assistência técnica.

Reforma tributária na agricultura

O agricultor ficou livre de encargos que encareciam a produção e diminuía sua margem de lucro. Em 1991, não pagou mais o PIS-PASEP, o IPI, o Funrural. Além disso, foi feita a reformulação do Proagro.

Conselho Nacional de Política Agrícola

Foi instalado o Conselho Nacional de Política Agrícola, em obediência ao artigo 187 da Constituição, com a participação de representantes de todos os segmentos ligados ao setor agropecuário (produtores, empresários, área governamental). O Conselho referendou todas as propostas da sociedade em

relação à área agrícola.

Irrigação

Os projetos Nordeste I e II ajudarão a fixar o nordestino ao solo. Trata-se do maior investimento em irrigação na história do Brasil: um bilhão de dólares, irrigando 270 mil hectares.



Desregulamentação

Várias ações nos setores de fiscalização de produtos de uso veterinário, inspeção e registro de bebidas, de produtos destinados à alimentação animal, produção e comercialização de sementes e mudas, além de outras áreas, já estão com suas ações desregulamentadas. Quem ganha é o público.

Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro

Além de cobrir os prejuízos dos produtores, como sempre fez, o Proagro foi reformulado com o objetivo de contemplar também os produtores que desenvolvam suas atividades exclusivamente com recursos próprios. Os recursos do programa, sob a administração do Banco Central do Brasil, serão atualizados permanentemente com maior celeridade no atendimento dos pedidos de cobertura.

Finame Rural

Foram colocados à disposição da agropecuária, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, recursos

destinados a investimentos, ampliando a disponibilidade do Finame Rural e agilizando a concessão dos créditos. O importante neste programa é que os pagamentos estão sendo adequados ao calendário agrícola, viabilizando esforços para modernizar a produção e elevar a produtividade. Antes, o pagamento era semestral, não sendo adequado ao campo.

Reajuste e correção dos preços mínimos

Os preços mínimos dos produtos vêm sendo reajustados mensalmente, acompanhando rigorosamente a variação de custos, assegurando a remuneração dos produtores.

Proibição da reciprocidade

Através de decreto, ficou estabelecido que nenhum banco pode determinar condições de reciprocidade em operações de crédito rural. Os recursos colocados à disposição dos produtores rurais destinam-se a viabilizar a produção de alimentos básicos e devem ser utilizados exclusivamente para esse fim.

Pró-exportação

O Governo liberou aos produtores a captação de recursos externos para investimentos em custeio e comercialização de produtos agrícolas destinados à exportação.

Exportação de carne

O mercado norte-americano foi reaberto para a carne brasileira. O Governo investiu quatro milhões de dólares para reequipar laboratórios especializados na análise da qualidade da carne. Com isso, reconquistou a

confiança dos Estados Unidos em relação ao produto do Brasil. Anualmente, o País obtém recursos da ordem de 100 milhões de dólares com a exportação de carne para os Estados Unidos.

Infra-estrutura

Comunicações

Foram investidos 12 bilhões de dólares na infra-estrutura. Na área das comunicações, foram instaladas mais de 500 mil novas linhas telefônicas em 1991.

De 15 de março até agora, mais de um milhão de novos telefones estão à disposição dos brasileiros.

Transporte rodoviário

Em 1991, foram realizadas obras de conservação em 22 mil quilômetros de estradas e recuperados outros 4 mil e 800 quilômetros. Em 1992, será conservada toda a malha rodoviária federal — 66 mil quilômetros — e duplicadas muitas estradas.

Transporte ferroviário

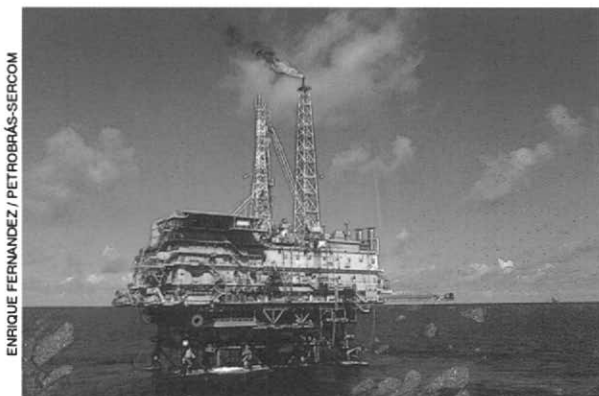
Quase 300 milhões de dólares já foram investidos nesse setor. Em 1992, estará concluído o seu principal projeto: a modernização da linha que ligará Minas e Goiás ao Espírito Santo, o que permitirá o transporte das safras do Centro-Oeste a um custo mais baixo.

Energia elétrica

Investe-se muito para aumentar a oferta de energia no País: um exemplo é a Usina de Xingó, no Nordeste, que estará pronta daqui a dois anos e meio.

Petróleo

Em 1990 e 1991 foram investidos cerca de três bilhões de dólares — mais de três trilhões de cruzeiros — para a exploração de petróleo. Em 1992, a produção média passa dos 715 mil barris diários. Um recorde.



Ciência e Tecnologia

O primeiro satélite brasileiro

O Governo Federal autorizou o lançamento do primeiro satélite brasileiro de coleta de dados, desenvolvido integralmente com tecnologia nacional e com a participação da indústria brasileira. O satélite já está pronto e seu lançamento deverá ocorrer até meados de 1992.

Desenvolvimento tecnológico

Acordo com o BID permitirá à FINEP ampliar a soma de recursos que vem dedicando ao financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico e de capacitação tecnológica da empresa nacional.

Lei da Informática

Com ela, acaba-se com uma reserva de mercado que se mostrou prejudicial à modernização tecnológica do Brasil. A partir de outubro de 1992, a produção e comercialização de computadores será livre.

Financiamento à indústria

O BNDES e suas subsidiárias destinaram mais de 1,2 bilhão de dólares — ou seja, mais de um trilhão e 200 milhões de cruzeiros — para o financiamento de máquinas e equipamentos destinados a modernizar a indústria brasileira.

Qualidade e Produtividade

As empresas brasileiras estão aderindo em grande número ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade. Vinte e um setores industriais estão mobilizados para provocar uma onda de eficiência na economia nacional.

Administração Pública

Desregulamentação

O Governo do Brasil, em menos de dois anos, já revogou mais de 111 mil decretos que complicavam a vida das pessoas e das empresas.

Reforma patrimonial

Foi concluída com êxito a primeira parte da reforma. 9.572 apartamentos funcionais já foram vendidos. O Governo do Brasil alienou,

também, 34 mansões que possuía em Brasília.

Privatização

O êxito dos primeiros leilões de privatização de quatro empresas estatais — Usiminas, Celma, Mafersa e Cosinor — imprimiu, em 1991, novo ritmo ao Programa Nacional de Desestatização. Em 1992 o Programa continuará em ritmo acelerado. Serão privatizadas duas empresas por mês. Grandes estatais como a Embraer, a siderúrgica CSN e o Lloyd Brasileiro estão incluídas no Programa.

Extinção de órgãos

Além das quatro empresas que privatizou em 1991, o Governo do Brasil, em menos de dois anos, extinguiu 22 órgãos desnecessários: Portobrás, EBTU, Embrater, Sudeco, Sudesul, as fundações Funarte, Educar, Pró-Memória, Museu do Café, do Cinema Brasileiro, Pró-Leitura e Fundacen, estão entre eles. Em fase final do processo de liquidação, o Instituto Brasileiro do Café, o DNOS, o Instituto do Açúcar e do Alcool, a CAEEB, a Siderbrás, a Interbrás, a Petromisa, a Infaz, a Embrafilme e o BNCC.

Funrural

Durante o ano de 1991, foram extintos pelo Governo Federal mais de quatro mil cargos de representantes do Funrural. Nos governos anteriores, as nomeações no Funrural eram utilizadas como troca de favores políticos.

Funcionalismo público

O Governo Federal implantou o “folhão”, a folha única dos funcionários, que contém todas as informações necessárias para uma

administração pública moderna. Pela primeira vez na história do País, sabe-se o número exato de funcionários — 559.883, em meados de dezembro. Isso permitiu constatar que a União não está com excesso de pessoal. O que está sendo feito, agora, é dar treinamento a esses servidores para que possam cumprir bem sua tarefa de servir ao público.

Treinamento de servidores

Está sendo criado o Programa Nacional do Servidor, que objetiva melhorar a qualidade do desempenho do servidor público. Por esse programa, estes passarão por estágios de aperfeiçoamento na Escola Nacional de Administração Pública e nas universidades.

Cultura

Lei Rouanet

Encaminhada ao Congresso Nacional, foi aprovada e sancionada a Lei Rouanet. Trata-se do primeiro instrumento da política cultural do Governo. Mais do que estabelecer incentivos fiscais para a área cultural, a nova lei representa um verdadeiro programa de financiamento ao setor.

Secretaria de Cultura

A Secretaria promoveu a IX Bienal de Música Contemporânea, o XII Salão Nacional de Artes Plásticas, apoiou a realização de 32 filmes e obras de recuperação e restauração de monumentos, em vários pontos do País. Intensi-

ficou o trabalho de preservação de documentos, microfilmando 1 milhão de páginas de periódicos editados desde 1888. Organizou o V Encontro da Consciência Negra, favoreceu o intercâmbio cultural com outros países participando de 25 eventos e promoveu estudos, com artistas e intelectuais, nas áreas de direito autoral e cinema, sendo este último sancionado como lei em 8 de janeiro de 1992.

Meio Ambiente

Índios

Em novembro de 1991, o Presidente Fernando Collor anunciou a demarcação das terras dos índios Yanomami, um território de 94 mil quilômetros quadrados, o que corresponde a três vezes o tamanho da Bélgica. No mesmo mês, foi reconhecida como área indígena Menkragnoti um total de 49 mil quilômetros quadrados, um território maior do que a Suíça. Desde que tomou posse, o Presidente Fernando Collor já homologou a demarcação de 105 áreas indígenas. Esse número é mais da metade do homologado por todos os outros governos desde a criação da Funai, em 1967. Os índios possuem 183 áreas em situação legalizada, num total de 165.471 quilômetros quadrados.



Fundo Nacional do Meio Ambiente

Foram suspensos os incentivos fiscais para qualquer projeto na Amazônia que destrua ecossistemas e florestas primárias. Estruturado em 1991, o Fundo Nacional do Meio Ambiente já começou a canalizar recursos obtidos internamente e no exterior para projetos na área de preservação ambiental. Já foram financiados mais de cem projetos, a maioria de entidades não-governamentais.

Proteção de florestas

O Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais, com a colaboração do Banco Mundial e da Comunidade Econômica Européia, recebeu o apoio do Grupo dos Sete países mais ricos do mundo que, a partir deste ano, destinará recursos no total de 250 milhões de dólares para a implantação de sua fase inicial.

Desenvolvimento Regional

Zona Franca de Manaus

Para consolidar o desenvolvimento industrial da região, o Governo isentou do IPI quase todas as mercadorias produzidas na Zona Franca, tanto as destinadas ao consumo local quanto as direcionadas à comercialização em qualquer ponto do País.

Plano de Desenvolvimento Regional Integrados

Os PDRIs, Planos de Desenvolvimento Regional Integrados, têm por objetivo a interiorização dos investimentos federais e o estímulo a novas áreas

produtivas. O Norte e o Nordeste foram as duas primeiras regiões a receberem esses planos integrados, por serem carentes de investimentos e onde se verificam os maiores índices de migração da população para os grandes centros urbanos. Ações patrocinadas pelo Governo na região Nordeste, por exemplo, viabilizaram a execução de mais de mil projetos e a geração de mais de 230 mil empregos.

Programa do Álcool

O drama dos proprietários de carro a álcool diante da escassez do combustível virou coisa do passado. A produção em 1991 superou 10 bilhões de litros e os estoques são mais do que suficientes para abastecer os cinco milhões de carros movidos a álcool até a próxima safra canavieira.

Política Externa

Integração latino-americana

Particularmente dinâmicas se mostraram, em 1991, as relações do Brasil com a América Latina e, em especial, com o Cone Sul do Continente. O conjunto de iniciativas e resultados alcançados abrangeu áreas diversas como relações econômicas, cooperação fronteiriça, meio ambiente, combate às drogas, hidrovias Paraguai-Paraná e defesa da democracia. O ano de 1991 marcou também a finalização da hidrelétrica de Itaipu, com a inauguração da décima-oitava turbina.



Mercosul

Em 1991, mereceu destaque a assinatura e ratificação pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, do “Tratado de Assunção”, constituindo o Mercado Comum do Cone Sul - Mercosul. O Tratado estabelece um programa de liberação comercial pelo qual os quatro países reduzirão a zero, para efeito de comércio recíproco, os encargos incidentes em todo o universo tarifário até 31 de dezembro de 1994. O Tratado prevê, igualmente, a compatibilização de políticas governamentais nas mais diversas áreas (transporte, normas técnicas, políticas macroeconômicas etc).

Acordo Nuclear Brasil-Argentina

Os Presidentes Fernando Collor e Carlos Ménem, da Argentina, assinaram o “Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear”, com o objetivo de gerenciar as inspeções recíprocas a todas as instalações nucleares dos dois países. No final de 1991, os dois Governos assinaram, em Viena, acordo conjunto que afasta definitivamente o risco de desenvolvimento de artefatos nucleares nos dois países.

Rodada Uruguai

No que respeita ao acesso de mercados, em 1991, a diplomacia brasileira, além do apoio às exportações e da proteção de nossos interesses em relação a mercados e produtos específicos, continuou firmemente empenhada nas negociações da Rodada Uruguai, do GATT, para a liberalização do comércio mundial.

Secretaria da Imprensa da Presidência da República

Palácio do Planalto, 2ª andar. Telefone: (061)211.1251, Fax: (061)223.5819. Brasília, Brasil.

BRASIL NOVO.
É ASSIM QUE SE CONSTRÓI.



APOIO
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
